

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Apresentação: Submetemos à apreciação de V.Sas. em cumprimento às determinações legais e estatutárias, as demonstrações contábeis do Banco J.P. Morgan S.A. (Banco) do exercício findo em 31 de dezembro de 2021, acrescidas das notas explicativas e do relatório dos auditores independentes. **Desempenho:** No exercício de 2021 o Banco apresentou um lucro de R\$ 1.110.496 mil, correspondente a R\$ 196.374,18 por ação, sendo que no exercício anterior apresentou lucro de R\$ 466.594 mil. Em 31 de dezembro de 2021 o valor patrimonial por ação atingiu R\$ 1.171.455,35, um aumento de 19,32% em relação ao exercício anterior. **Índice de Basileia:** O Banco adota a apuração dos limites de Basileia de forma consolidada, tomando-se como base os dados financeiros consolidados do Conglomerado Prudencial, de acordo com as diretrizes do Banco Central

do Brasil. Em 31 de dezembro de 2021, o Índice de Basileia do Conglomerado Prudencial era de 16,46%, sendo o Patrimônio de Referência de R\$ 7.016.529 mil e o Patrimônio de Referência Exigido de R\$ 3.411.052 mil. **Gerenciamento de Risco:** O Conglomerado possui áreas de risco específicas, independentes das áreas de negócios, para administração dos diversos riscos existentes. Conforme determinado pelas regras do Banco Central as estruturas que regem as atividades de risco de crédito, risco operacional, risco de mercado e gerenciamento de capital do Conglomerado estão publicadas em diretório de acesso público, disponível no endereço <https://www.jpmorgan.com.br/pt/disclosures>. A divulgação das informações referentes à gestão de riscos, ao Patrimônio de Referência Exigido (PRE) e à adequação do Patrimônio de Referência (PR) estabelecida pela

Resolução BCB nº 54, no âmbito da Resolução nº 4.557, também estão disponíveis no site acima. **Comitê de Auditoria:** O Comitê de Auditoria é único para o Conglomerado JP Morgan, sendo composto na data deste relatório por quatro membros, todos eles diretores do Banco. O resumo do relatório que contempla as atividades exercidas pelo comitê acompanha as demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2021, as quais foram aprovadas por esse comitê em reunião realizada em 22 de março de 2022.

São Paulo, 22 de março de 2022

A Diretoria

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO - (Em milhares de reais)							
Ativo	Nota	Dezembro 2021	Dezembro 2020	Passivo	Nota	Dezembro 2021	Dezembro 2020
Circulante		100.149.134	84.726.749	Circulante		88.971.844	74.066.022
Caixa e equivalentes de caixa	5	55.225.527	58.152.405	Depósitos e demais instrumentos financeiros		84.751.520	72.719.734
Disponibilidades		29.422	17.383	Depósitos	15a	6.251.874	9.780.008
Aplicações interfinanceiras de liquidez		55.196.105	58.135.022	Captações no mercado aberto	12b	11.816.152	8.382.183
Instrumentos financeiros		42.482.123	25.793.496	Instrumentos financeiros derivativos	7	4.275.709	2.967.502
Títulos e valores mobiliários	6	26.992.100	18.074.508	Obrigações por empréstimos no exterior	16	52.465.833	48.011.214
Instrumentos financeiros derivativos	7	2.598.527	1.814.523	Carteira de câmbio	9	9.941.952	3.578.827
Operações de crédito	8	1.625.354	1.333.816	Obrigações fiscais correntes	11a	141.545	230.630
Carteira de câmbio	9	11.266.142	4.570.649	Outros passivos	10	4.078.779	1.115.658
Provisões para perdas esperadas	8	(15.757)	(9.321)				
Operações de crédito		(13.482)	(3.464)	Não Circulante		14.778.534	13.181.957
Outros créditos		(2.275)	(5.857)	Depósitos e demais instrumentos financeiros		13.486.852	12.179.463
Ativos fiscais correntes	11a	11.296	1.696	Depósitos	15a	6.753.780	4.549.262
Outros ativos	10	2.445.945	788.473	Captações no mercado aberto	15b	205.716	225.044
Não Circulante		10.228.488	8.075.090	Instrumentos financeiros derivativos	7	6.527.356	7.405.157
Realizável a longo prazo		8.370.926	6.438.761	Obrigações fiscais diferidas	11b	453.174	240.287
Instrumentos financeiros		6.933.331	5.104.318	Provisões para passivos contingentes e obrigações legais	17	570.083	559.003
Títulos e valores mobiliários	6	1.673.275	-	Outros passivos	10	208.425	203.204
Instrumentos financeiros derivativos	7	3.997.747	3.577.316	Resultados de exercícios futuros		2.664	1.902
Operações de crédito	8	1.078.796	1.051.350				
Carteira de câmbio	9	183.513	475.652	Patrimônio líquido	18	6.624.580	5.551.958
Provisões para perdas esperadas	8	(138.388)	(158.916)	Capital social		3.500.000	2.810.981
Operações de crédito		(128.346)	(147.199)	Aumento de capital		212.500	63.750
Outros créditos		(10.042)	(11.717)	Reservas de capital		49.597	47.996
Ativos fiscais correntes	11a	6.103	8.653	Reservas de lucros		2.872.134	2.636.907
Ativos fiscais diferidos	11b	834.973	758.915	Outros resultados abrangentes		(4.711)	(2.736)
Outros ativos	10	734.907	725.791	Ações em tesouraria		(4.940)	(4.940)
Investimentos		1.757.442	1.518.584				
Participações em controladas no país	12	1.751.259	1.514.001	Total do passivo e patrimônio líquido		110.377.622	92.801.839
Outros investimentos		6.553	4.953				
(-) Provisão para perdas		(370)	(370)				
Imobilizado		98.295	115.245				
Imóveis e outras imobilizações de uso	13	209.699	212.821				
(-) Depreciações acumuladas		(111.404)	(97.576)				
Intangível	14	1.825	2.500				
Outros ativos intangíveis		2.500	2.500				
(-) Provisões para redução ao valor recuperável de ativos intangíveis		(675)	-				
Total do ativo		110.377.622	92.801.839				

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)											
	Nota	Reservas de capital			Reservas de lucros			Outros resultados abrangentes	Lucros acumulados	Ações em tesouraria	Total
		Capital social	Aumento de capital	Subvenções para investimento	Outras reservas	Legal	Estatutária				
Em 31 de dezembro de 2019		2.683.481	127.500	24.939	21.703	242.405	2.002.908	50	-	(4.940)	5.098.046
Aumento de capital		127.500	(63.750)	-	-	-	-	-	-	-	63.750
Total do resultado abrangente do exercício		-	-	-	1.354	-	-	(2.786)	466.594	-	465.162
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	-	466.594	-	466.594
Outros resultados abrangentes		-	-	-	1.354	-	-	(2.786)	-	-	(1.432)
Destinação do lucro líquido:											
Reserva legal	18	-	-	-	-	23.330	-	-	(23.330)	-	-
Reserva estatutária	18	-	-	-	-	-	368.264	-	(368.264)	-	-
Juros sobre capital próprio (R\$ 13.248,54 por ação)	18	-	-	-	-	-	-	-	(75.000)	-	(75.000)
Em 31 de dezembro de 2020		2.810.981	63.750	24.939	23.057	265.735	2.371.172	(2.736)	-	(4.940)	5.551.958
Aumento de capital		689.019	148.750	-	-	(625.269)	-	-	-	-	212.500
Total do resultado abrangente do exercício		-	-	-	1.601	-	-	(1.975)	1.110.496	-	1.110.122
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	-	1.110.496	-	1.110.496
Outros resultados abrangentes		-	-	-	1.601	-	-	(1.975)	-	-	(374)
Destinação do lucro líquido:											
Reserva legal	18	-	-	-	-	55.525	-	-	(55.525)	-	-
Reserva estatutária	18	-	-	-	-	-	804.971	-	(804.971)	-	-
Juros sobre capital próprio (R\$ 44.208,66 por ação)	18	-	-	-	-	-	-	-	(250.000)	-	(250.000)
Em 31 de dezembro de 2021		3.500.000	212.500	24.939	24.658	321.260	2.550.874	(4.711)	-	(4.940)	6.624.580
Em 30 de junho de 2021		2.874.731	625.269	24.939	24.658	288.960	1.745.903	(1.987)	441.280	(4.940)	6.018.813
Aumento de capital		625.269	(412.769)	-	-	-	-	-	-	-	212.500
Total do resultado abrangente do período		-	-	-	-	-	-	(2.724)	645.991	-	643.267
Lucro líquido do período		-	-	-	-	-	-	-	645.991	-	645.991
Outros resultados abrangentes		-	-	-	-	-	-	(2.724)	-	-	(2.724)
Destinação do lucro líquido:											
Reserva legal	18	-	-	-	-	32.300	-	-	(32.300)	-	-
Reserva estatutária	18	-	-	-	-	-	804.971	-	(804.971)	-	-
Juros sobre capital próprio (R\$ 44.208,66 por ação)	18	-	-	-	-	-	-	-	(250.000)	-	(250.000)
Em 31 de dezembro de 2021		3.500.000	212.500	24.939	24.658	321.260	2.550.874	(4.711)	-	(4.940)	6.624.580

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional: O Banco J.P. Morgan S.A. ("Banco" ou "Instituição") é a instituição líder do Conglomerado Prudencial (Conglomerado JP Morgan) perante o Banco Central do Brasil (BACEN), constituído na forma de sociedade por ações e localizado na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3.729 – São Paulo/SP. O Banco JP Morgan está autorizado a operar como banco múltiplo com as carteiras comercial, de investimentos e câmbio. O Banco, controlado diretamente pelo JPMorgan Chase Bank, National Association, tem suas operações e de suas empresas controladas conduzidas no contexto de um conglomerado que atua integralmente no mercado financeiro, nacional e internacional. Consequentemente, certas operações têm a coparticipação ou a intermediação de empresas associadas, integrantes do grupo financeiro J.P. Morgan. O benefício dos serviços prestados entre essas empresas e os custos das estruturas operacional e administrativa comuns são absorvidos, segundo a praticabilidade e razoabilidade a eles atribuídos, em conjunto ou individualmente. As demonstrações contábeis do Banco J.P. Morgan S.A. foram aprovadas pelo Comitê de Auditoria do Conglomerado JP Morgan em 22 de março de 2022.

2. Apresentação e elaboração das demonstrações contábeis: As demonstrações contábeis individuais da Instituição foram elaboradas de acordo com as Leis nºs 11.638/07 e 11.941/09, associadas às normas do Banco Central do Brasil (BACEN) e do Conselho Monetário Nacional (CMN). A Resolução nº 4.818 do CMN, e a Resolução nº 2 do BACEN estabelecem critérios gerais e procedimentos para elaboração e divulgação das demonstrações contábeis. Na elaboração das demonstrações contábeis foram utilizadas estimativas e premissas na determinação dos montantes de certos ativos, passivos, receitas e despesas de acordo com as práticas contábeis vigentes no Brasil. Essas estimativas e premissas foram consideradas na mensuração de provisões para perdas com operações de crédito e para contingências, na determinação do valor de mercado de instrumentos financeiros e na seleção do prazo de vida útil de certos ativos. Os resultados efetivos podem ser diferentes das estimativas e premissas adotadas. A Instituição elabora suas demonstrações contábeis e as disponibiliza em seu site (<https://www.jpmorgan.com.br/pt/disclosures>).

3. Principais práticas contábeis

(a) Apuração do resultado - É apurado pelo regime de competência.
(b) Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos - Os títulos e valores mobiliários são registrados pelo custo de aquisição e apresentados no Balanço Patrimonial conforme a Circular nº 3.068 do BACEN, sendo classificados de acordo com a intenção da Administração, na categoria "Títulos para negociação", relativa a títulos adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados, sendo classificados no circulante e avaliados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período, e na categoria "Títulos disponíveis para venda", relativa a títulos que não se enquadram como para negociação nem como mantidos até o vencimento. São ajustados ao valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários. Os instrumentos financeiros derivativos, compostos por operações a termo, operações com opções, operações de futuros, operações de swaps e outros derivativos, estão classificados na categoria de instrumentos financeiros derivativos não considerados como *hedge accounting*, sendo assim avaliados a valor de mercado em contrapartida às contas de resultado do período. Para cálculo do valor de mercado da carteira de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos são utilizados os seguintes critérios: • Títulos públicos federais, títulos privados, swaps, termos e outros derivativos: apurado com base nos preços médios de negociação ou pelo valor líquido provável de realização obtido mediante adoção de técnica ou modelo de precificação. Os títulos públicos têm seus preços ajustados para refletir o preço observável no mercado, conforme publicado pela ANBIMA. • Ações: cotado de fechamento divulgado pela B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão ("B3"). • Opções: modelo de precificação *Black & Scholes* e modelos internos, quando o modelo *Black & Scholes* não é aplicável. • Futuros: cotado de e taxas publicadas pela B3. • Para os títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos são realizados ajustes resultantes dos procedimentos de avaliação de apreçamento previstos pela Resolução nº 4.277 do CMN. A avaliação da necessidade de ajuste independe da metodologia de apreçamento adotada, sendo observados critérios de prudência, relevância e confiabilidade. • CVA (*Credit Valuation Adjustment*): São realizados ajustes para os derivativos de balcão em decorrência de variação da qualidade creditícia da contraparte quando o preço de mercado de um instrumento financeiro (ou parâmetro utilizado para avaliar um instrumento financeiro) não é indicativo da qualidade de crédito da contraparte.

A prática de mercado está pautada na premissa de que ao cotar preços, todas as contrapartes em operações de derivativos no mercado de balcão organizado têm a mesma qualidade de crédito. Portanto, é necessário um ajuste para refletir a qualidade de crédito de cada contraparte para se chegar ao valor de mercado. O ajuste também considera fatores contratuais destinados a reduzir a exposição de crédito do Banco para cada contraparte, tais como garantias e direitos de compensação.

(c) Ativos circulante e realizável a longo prazo - Demonstrados pelo custo de aquisição, incluindo os rendimentos e as variações monetárias ou cambiais auferidos, deduzido, quando aplicável, das correspondentes provisões para perdas ou ajustes ao valor de mercado. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída em montante julgado suficiente para cobrir possíveis perdas e considera a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos e globais da carteira, bem como as diretrizes do BACEN e requisitos das Resoluções nº 2.682 e nº 4.512 do CMN.

(d) Investimentos, imobilizado e ativo intangível - São demonstrados ao custo de aquisição, combinado com os seguintes aspectos: • As participações em sociedades controladas, em proporção ao valor do patrimônio líquido contábil dessas controladas, são avaliadas pelo método da equivalência patrimonial. • A depreciação do imobilizado é calculada e registrada com base no método linear, considerando taxas que contemplam a vida útil econômica dos bens. A avaliação periódica sobre o reconhecimento, mensuração e divulgação de perdas em relação ao valor recuperável de ativos, normalizada pela Resolução nº 4.535 do CMN, tem periodicidade anual. • O intangível está representado pelos direitos adquiridos destinados à manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade, de acordo com a Resolução nº 4.534 do CMN. O ativo intangível foi classificado como um ativo de vida útil indefinida por não existir um limite previsível para o período durante o qual o ativo deverá gerar fluxos de caixa líquidos positivos para a Instituição. Os ativos que têm uma vida útil indefinida, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente, no segundo semestre, para identificar eventual necessidade de redução ao valor recuperável (*impairment*). São realizados testes na linha de "Outros ativos intangíveis", seguindo metodologia abordada pela regulamentação (CPC 01).

(e) Passivos circulante e não circulante - Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, incluindo os encargos e as variações monetárias ou cambiais incorridas.

(f) Passivos contingentes e obrigações legais - O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, contingências passivas e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução nº 3.823 do CMN e Carta-Circular nº 3.429 do BACEN. (i) Passivos contingentes – decorrem de processos judiciais e administrativos, inerentes ao curso normal dos negócios, movidos por terceiros e órgãos públicos, em ações de natureza tributária, cível, trabalhista e outros riscos. A Administração, baseada na opinião de seus consultores jurídicos, provisiona o montante estimado para liquidação dos processos cujo risco de perda seja classificado como provável. Há processos cujos riscos de perda sejam classificados como possível, os quais de acordo com as normas vigentes devem ser divulgados, mas não provisionados. Os processos cujos riscos de perda jurídica e/ou financeira sejam classificados como remoto, não são provisionados nem divulgados. Os valores das contingências são quantificados utilizando modelos e critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada, apesar da incerteza inerente ao prazo e valor. Os depósitos judiciais dados em garantia são atualizados de acordo com a regulamentação vigente. (ii) Obrigações legais – os processos tributários que estão caracterizados como obrigação legal são integralmente provisionados. O passivo relacionado à obrigação legal em discussão judicial é mantido até a sua prescrição ou o ganho definitivo da ação, representado por decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não caibam mais recursos.

(g) Imposto de renda e contribuição social - A proibição do imposto de Renda (IRPJ) corrente foi calculada à alíquota de 15% sobre a integralidade da base mais 10% sobre a base excedente a R\$ 240.000,00. A Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) corrente foi calculada até junho de 2021 à alíquota de 20% e entre julho e dezembro de 2021 à alíquota de 25%, seguindo a majoração prevista na Lei nº 14.183/21 (conversão da MP nº 1.034/21). Para os meses de janeiro e fevereiro de 2020 a CSLL corrente foi calculada à alíquota de 15%. A partir de março de 2020, a CSLL corrente foi calculada à alíquota de 20%. Ativo e passivo fiscais diferidos são calculados sobre prejuízo fiscal de IRPJ e base negativa de CSLL, bem como sobre ajustes temporários às bases de IRPJ e da CSLL, sendo registrados contabilmente para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças entre os critérios contábeis e a legislação fiscal pertinente. Considerando as perspectivas de realização, em 31 de dezembro de 2021: (i) o crédito

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO EM 31 DE DEZEMBRO (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)				
	Nota	Julho/Dezembro 2021	Janeiro/Dezembro 2021	Janeiro/Dezembro 2020
Receitas da intermediação financeira		5.645.160	6.947.305	6.957.193
Operações de crédito		110.059	169.657	104.588
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários		2.325.733	3.396.891	2.160.056
Resultado de operações de câmbio		495.164	686.320	(509.405)
Resultado de aplicações compulsórias		291	291	-
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	7f	2.703.895	2.679.816	5.347.910
Reversão/(Provisão) para perdas esperadas	8e	10.018	14.330	(145.953)
Despesas da intermediação financeira		(4.711.702)	(5.283.133)	(6.183.389)
Operações de captações no mercado		(741.547)	(1.051.843)	(591.633)
Operações de empréstimos e repasses		(3.970.155)	(4.231.290)	(5.371.756)
Resultado bruto da intermediação financeira		933.		

...continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 - (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

adequado controle de risco. Os limites estabelecidos têm como objetivo assegurar o alinhamento das exposições a risco de mercado com o apetite ao risco do Conglomerado. As operações realizadas restringem-se a mercados e produtos autorizados para os quais é realizada identificação prévia dos riscos inerentes e verificação da adequação da infraestrutura de controle.

(b) Risco operacional - É o risco associado a processos internos falhos ou inadequados, pessoas e sistemas (incluindo eventos relacionados a segurança cibernética), ou eventos externos que impactem os processos e negócios do Conglomerado. O risco operacional também inclui riscos de conformidade regulatória ou *compliance*, risco de conduta, risco legal e modelos de projeção e estimativa. O risco operacional é inerente às atividades do Conglomerado e pode manifestar-se de várias formas, incluindo, atos fraudulentos, interrupção de negócios, comportamento inadequado de colaboradores, falha no cumprimento de leis e regulamentos, ou falha na prestação de serviços por parte de terceiros contratados. Estes eventos podem resultar em perdas financeiras, litígios, multas regulatórias ou outras penalidades. Para monitorar e controlar os riscos operacionais, o Conglomerado possui um arcabouço de gestão de risco, definido de forma a promover um ambiente efetivo para o controle de riscos. Os componentes principais deste arcabouço são: monitoramento e comunicação, identificação e avaliação, medição e governança. A área de gestão de risco é responsável por prescrever o arcabouço acima mencionado, além de prover uma supervisão independente, enquanto as linhas de negócio e as funções corporativas são as áreas responsáveis pela implementação. O Conglomerado mantém uma supervisão da execução das políticas, práticas e governança de risco operacional. A gestão deste risco é voltada para reduzir as perdas operacionais através de controles que incluem ferramentas específicas utilizadas em todo o Conglomerado e alinhadas com a matriz. Estas ferramentas incluem análise de perdas operacionais e eventos de risco, suas causas, planos de ação, métricas de controle entre outros. Os comitês de governança são definidos e estruturados de forma a dar transparência à informação e permitir escalar eventos significativos, riscos emergentes e garantir a solução dos problemas relacionados aos riscos operacionais identificados.

(c) Risco de liquidez - É definido como a possibilidade de ocorrência de desequilíbrios entre ativos negociáveis e passivos exigíveis - "descasamentos" entre pagamentos e recebimentos - que possam afetar a capacidade de pagamento da Instituição, levando-se em consideração as diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações. O grupo responsável pelo gerenciamento de risco de liquidez utiliza mecanismos que incluem a projeção do fluxo de caixa futuro e a manutenção de indicador mínimo aplicado aos ativos de alta liquidez do Conglomerado.

(d) Risco de crédito - É definido como a possibilidade de perda pelo não recebimento dos valores contratados junto a clientes em decorrência da incapacidade econômico-financeira da contraparte. As principais atribuições da área de crédito no Brasil são a avaliação da capacidade dos clientes de gerarem recursos suficientes para a liquidação de suas obrigações, atribuição de uma classificação de risco (*rating*), aprovação de forma independente dos limites de crédito atribuídos aos clientes, monitoramento e gerenciamento da respectiva utilização dos limites, e implementação de ações de adequação dos riscos frente a potencial deterioração do crédito. O risco de crédito é minimizado utilizando mecanismos de monitoramento, avaliação e gerenciamento do portfólio de crédito sob o ponto de vista de possíveis concentrações em clientes, *ratings*, setores econômicos, regiões ou produtos, assegurando uma distribuição equilibrada de riscos.

(e) Gerenciamento de capital - É definido em atendimento à Resolução nº 4.557 do CMN como o processo contínuo de monitoramento e controle do capital mantido pelo Conglomerado, assegurando nível adequado de capitalização em conformidade com as diretrizes e limites regulatórios, e permitindo prospectivamente ao Conglomerado implementar suas estratégias de negócios. Tais objetivos estão descritos na Política de Gerenciamento de Capital, que também define a governança a ser seguida no gerenciamento e os procedimentos a serem realizados no monitoramento e elaboração dos relatórios regulatórios relacionados ao gerenciamento de capital. A Diretoria aprova a Política de Gerenciamento de Capital, o Plano de Contingência, o Plano de Capital e o parâmetro de Apetite a Risco pelo menos uma vez ao ano. O processo de gestão de capital é revisado pela Auditoria Interna periodicamente. O Conglomerado está classificado como Segmento 3 conforme Resolução nº 4.553 do CMN e durante o período não houve qualquer descumprimento dos requisitos de capital previstos na regulamentação em vigor. Seguem abaixo os números:

	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Patrimônio de referência (PR) (Nível 1)	7.016.529	5.833.266
Risco de crédito	14.899.642	14.464.562
Risco de mercado	23.548.961	19.891.842
Risco operacional	4.189.547	3.388.281
Ativos ponderados pelo risco (RWA)	42.638.150	37.744.685
Índice de Basileia (IB)	16,46%	15,45%
PR mínimo exigido para RWA	3.411.052	3.019.575
Adicional de capital principal	852.763	471.808
Risco da carteira <i>banking</i>	529.058	587.242
Total de capital requerido	4.792.873	4.078.625
Margem sobre o capital requerido	2.223.656	1.754.461

A principal alteração regulatória incorrida no período foi: (i) alteração no Adicional de Capital Principal de Conservação de 1,25% para 2,00% em função da COVID-19. Para outras informações consulte o Relatório de Gerenciamento de Risco e Capital (Pilar III) no site <https://www.jp.morgan.com.br/pdf/disclosures>.

(f) Análise de Sensibilidade - De acordo com a Resolução nº 2 do BACEN apresentamos a seguir a análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros, onde se concentram os riscos relevantes das instituições do Conglomerado. A análise de sensibilidade é realizada na visão do Conglomerado J.P. Morgan e executada no escopo da Gerência de Risco de Mercado, que é responsável por monitorar e reportar diariamente as utilizações de limites, revisar a política pelo menos anualmente, garantir que a infraestrutura dos sistemas de risco de mercado seja adequada, informar diariamente as posições de risco para a alta administração, incluindo os supervisores das Unidades de Negócios, Traders e Diretor Estatutário de Riscos das Entidades (*Chief Risk Officer, CRO*). O gerenciamento, monitoramento e controle de risco de mercado é feito diariamente através de três tipos de medidas: estatísticas, não estatísticas e simulações de estresse.

a) Medidas estatísticas são representadas pelo *Value at Risk* (VaR): É uma medida estatística que estima a perda potencial decorrente de movimentos adversos em condições normais de mercado. Calculado utilizando simulação histórica – 1 ano de série histórica, horizonte de 1 dia e nível de confiança de 95%.

b) As medidas não estatísticas são utilizadas com o intuito de limitar o tamanho absoluto das posições em aberto. As principais medidas não estatísticas são:

- Valor de mercado;
- *Basis Point Value* (BPVs): Variação do valor de mercado decorrente de um aumento de um ponto-base (+0.01%) nas taxas de juros;
- Delta: sensibilidade de primeira ordem em relação ao ativo subjacente;
- Gamma: sensibilidade de segunda ordem em relação ao ativo subjacente;
- Vega: sensibilidade de primeira ordem em relação à volatilidade implícita;
- Rho: equivalente ao BPV, sensibilidade de primeira ordem à taxa de juros.

c) Teste de estresse, que também é uma medida não estatística, visa capturar eventos de mercado atípicos, porém plausíveis e medir as perdas e ganhos potenciais. Os cenários buscam definir e antecipar eventos futuros em vez de replicar crises passadas. Projetados de forma que cada cenário seja impulsionado por um grande movimento em pelo menos uma classe de ativos (epicentro econômico) e contágio nas classes remanescentes (i.e., câmbio, taxas de juros, preços de ações e *commodities*).

Estrutura de Limites - Os limites são estabelecidos pela área de riscos de mercado e pelos diretores das unidades de negócios. Os autorgantes decidiram estabelecer limites de VaR, Estresse, "*Stop-Loss*" e de sensibilidade (limites não estatísticos). Os limites são apresentados pelos signatários de limites apropriados e preestabelecidos e são, também, apresentados ao Comitê de Risco do Brasil ("BRC") e à Diretoria.

Seguem dados quantitativos:

VaR 95% do Conglomerado JPMorgan

	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Fator de risco		VaR
Moeda estrangeira & taxa de juros	20.232	30.583
Renda variável	20.658	10.565
Efeito diversificação	(20.232)	(10.705)
Total	20.658	30.443

Relatório de risco de mercado – exposição

Fator de risco	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
BPV		
Juros Pré	(296)	(441)
Inflação	268	(332)
USD	(593)	(46)
USD - On	435	(186)
Outros	10	(247)
FX Delta		
USD	(93.131)	(183.271)
JPY	(10.207)	(10.456)
EUR	(94.069)	(87.556)
GBP	(62.153)	(1.107)
Outras	104.210	(2.745)
Delta	4.580	(259.676)

Resultado dos Testes de Stress

Cenário	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
<i>Bond Sell Off</i>	(322.501)	(83.067)
<i>Cmnty Sell Off</i>	(226.770)	(57.159)
<i>Credit Crisis</i>	(236.475)	13.181
<i>Basis</i>	(195.465)	4.096
<i>EM Sell Off</i>	(256.176)	(213.532)
<i>Equity Collapse</i>	(369.866)	77.070
<i>EURO Zone</i>	(282.359)	(96.564)
<i>Gen. Recovery</i>	172.332	104.880
<i>Inflation</i>	(357.941)	(264.987)
<i>Oil Crisis</i>	(384.493)	(72.147)
<i>USD Crisis</i>	267.892	(167.996)

Cenários:

- *Bond Sell Off* é representado por uma crise deflagrada por uma mudança na política monetária nos EUA para contracionista ("hawkish").
- *Commodities Sell Off* é representado por uma crise decorrente de queda abrupta nos preços de *commodities*.
- *Credit Crisis* é representado por uma instabilidade política nos países emergentes gerando fuga de recursos destes mercados para o mercado americano e europeu.
- *Basis* é representado pela expectativa de que um ou mais *dealers* precise sair de suas posições mais líquidas e o mercado agindo preventivamente a esses fluxos unilaterais.
- *Emerging Markets Sell Off* é representado por uma crise severa em mercados emergentes e fuga de capitais para mercados desenvolvidos.
- *Equity Collapse* é representado por uma reversão abrupta no mercado de ações após um longo e sustentado período de aquecimento do mercado global.
- *EURO Zone* é representado por uma crise deflagrada por fuga de capitais dos seguintes países da União Europeia: Grécia, Irlanda, Portugal, Espanha e Itália.
- *General Recovery*: neste cenário os mercados estão positivos globalmente e se observa uma venda moderada de títulos da dívida de países desenvolvidos e pequena desvalorização de metais preciosos.
- *Inflation*: Similar ao *Bond Sell Off*, no entanto a crise é deflagrada por alta inesperada da inflação nos EUA.
- *Oil Crisis* é representado por um choque específico no mercado de petróleo, desencadeado por uma deterioração aguda da estabilidade geopolítica no Oriente Médio.
- *USD Crisis* é representado por uma crise deflagrada por desvalorização significativa do dólar em relação às outras moedas do G10.

5. Caixa e equivalentes de caixa: São representados por disponibilidades e aplicações interfinanceiras de liquidez com prazo original de vencimento em até 3 meses.

	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Disponibilidades	29.422	17.383
Aplicações em operações compromissadas	53.438.509	55.537.475
Posição bancada	41.699.035	47.397.245
Posição financiada	10.544.405	6.908.632
Posição vendida	1.195.069	1.231.598
Aplicações em moeda estrangeira	1.757.596	2.597.547
Total	55.225.527	58.152.405

6. Títulos e Valores Mobiliários – TVM

(a) Classificação e composição da carteira

	Valor de custo	Ganhos / (Perdas) não realizados	Valor de mercado em dezembro de 2021	Valor de mercado em dezembro de 2020
Títulos para negociação	23.029.545	(41.540)	22.988.005	16.529.440
Carteira própria	13.127.144	(6.534)	13.120.610	7.091.519
LFT	153.213	(21)	153.192	13.987
LTN	5.673.064	(1.185)	5.671.879	1.873.211
NTN-B	1.434.590	4.102	1.438.692	428.448
NTN-F	2.445.439	(7.812)	2.437.627	2.020.047
Debêntures	205.868	(1.199)	204.669	-
Cotas de fundo de investimentos	3.144.690	-	3.144.690	2.736.014
Ações	70.280	(419)	69.861	19.812
Vinculados à prestação de garantias	9.902.401	(35.006)	9.867.395	9.437.921
LFT	2.443.743	(403)	2.443.340	519.673
LTN	3.419.074	(16.050)	3.403.024	7.809.281
NTN-B	1.641.244	(4.536)	1.636.708	1.069.867
NTN-C	1.085	487	1.572	4.887
NTN-F	2.361.524	(14.504)	2.347.020	-
Cotas de fundo de investimentos	35.731	-	35.731	34.213
Títulos disponíveis para venda	5.685.935	(8.565)	5.677.370	1.545.068
Carteira própria	5.685.935	(8.565)	5.677.370	1.545.068
Debêntures	1.681.525	(8.250)	1.673.275	747.918
LTN	4.004.410	(315)	4.004.095	797.150
Total da carteira de TVM	28.715.480	(50.105)	28.665.375	18.074.508

(b) Cotas de fundos de investimentos - As cotas de fundos de investimento estão representadas, principalmente, por aplicações do Banco em um fundo de investimento exclusivo, cuja composição da carteira é demonstrada abaixo:

	Ativo / (Passivo) Dezembro de 2021	Ativo / (Passivo) Dezembro de 2020
Fundo de investimento - exclusivo	3.144.690	2.736.014
Títulos e valores mobiliários e operações compromissadas	3.198.795	3.130.203
Ações	513.983	263.509
LTN	2.764.475	2.361.281
NTN-B	-	7.322.578
NTN-F	-	461.327
Credores por empréstimos de ações	(116.698)	(7.288.668)
Direitos por empréstimos de ações	37.035	176
 Mercado futuro	1.173	(30.041)
Futuro – DI	2.622	(1.880)
Futuro – Dólar	-	(12)
Futuro – Mini Ibovespa	357	752
Futuro – Ibovespa	(347)	(29.100)
Futuro – S&P	(1.378)	199
Futuro – Mini dólar	(81)	-
Outros derivativos	6.489	(86.376)
Outros derivativos	6.489	(86.376)
Opções	(37.876)	(188.333)
Ações	(27.408)	(140.424)
Ibovespa	(3.485)	(40.070)
Flexíveis	(6.983)	(7.839)
Diversos	(23.986)	(89.539)
Valores a pagar/receber	(23.986)	(89.539)
Disponibilidades	95	100
Outros fundos	35.731	34.213
Total cotas de fundos de investimento	3.180.421	2.770.227

(c) Composição por prazos de vencimento dos papéis – TVM

	Sem vencimento	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	Acima de 3 anos	Total
Carteira própria	3.214.551	9.682.869	126.241	3.533.355	2.240.964	18.797.980
Vinculados à prestação de garantias	35.731	2.359.492	1.305.210	5.324.708	842.254	9.867.395
Total da carteira – dezembro de 2021	3.250.282	12.042.361	1.431.451	8.858.063	3.083.218	28.665.375
Total da carteira – dezembro de 2020	2.790.039	8.081.101	3.369.438	1.427.043	2.406.887	18.074.508

7. Instrumentos financeiros derivativos: O Banco participa de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos registrados em contas patrimoniais e de compensação, que se destinam a atender suas necessidades próprias e de seus clientes, com o objetivo de reduzir a exposição a riscos de mercado. A administração desses riscos é efetuada por meio da definição de estratégias de operação, estabelecimento de sistemas de controles e determinação de limites das posições. As operações com instrumentos financeiros derivativos geralmente representam compromissos futuros para trocar moedas ou indexadores, para comprar ou vender ativos financeiros nos termos e datas especificadas nos contratos ou, ainda, compromissos para trocar pagamentos futuros de juros. Os valores dos instrumentos financeiros derivativos registrados em contas patrimoniais e de compensação são resumidos como segue:

(a) Composição por indexador

	Valor a receber	Valor a pagar	Valor nominal dezembro de 2021	Valor nominal dezembro de 2020
Operações de swap	2.895.248	6.630.408	114.704.304	60.899.149
Taxa de juros	149.057	1.362.743	71.182.997	16.667.557
Moeda	640.021	1.649.464	10.024.198	8.997.118
Outros	2.164.128	3.594.249	33.497.109	35.234.474
Ajustes prudenciais ¹	(57.958)	23.952	-	-
Operações com opções	2.424.006	2.346.109	42.755.562	25.777.248
Compra de opção:	2.424.006	-	21.299.788	12.801.291
Compra de dólar	1.743.905	-	9.542.940	8.081.331
Compra de índice de ação	65.080	-	686.257	342.461
Compra de ação	268.758	-	2.443.572	98.529
Compra de <i>commodities</i>	26.174	-	325.777	185.795
Venda de dólar	99.788	-	5.739.777	3.835.917
Venda de índice de ação	21	-	720	6.200
Venda de ação	221.160	-	1.648.009	5
Venda de <i>commodities</i>	3.549	-	912.736	251.053
Ajustes prudenciais ¹	(4.429)	-	-	-
Venda de opção:	-	2.346.109	21.455.774	12.975.957
Compra de dólar	-	1.664.369	9.773.009	8.339.306
Compra de índice de ação	-	73.199	684.157	336.376
Compra de ação	-	260.379	2.427.414	98.533
Compra de <i>commodities</i>	-	26.174	325.777	185.795
Venda de dólar	-	99.788	5.681.852	3.758.684
Venda de índice de ação	-	572	2.820	6.200
Venda de ação	-	217.239	1.648.009	10
Venda de <i>commodities</i>	-	3.549	912.736	251.053
Ajustes prudenciais ¹	-	860	-	-
Operações com futuros	1.484.114	2.025.920	212.932.378	171.327.298
Posição comprada	21.328	1.452.306	95.360.389	89.514.119
Cupom cambial – DDI	-	1.423.994	68.696.905	68.557.513
DI de 1 dia	4.030	2.453	10.952.054	8.318.768
Moedas	-	7.256	1.637.614	2.703.803
Cupom IPCA	17.298	18.603	14.073.816	9.934.035
Posição vendida	1.462.786	573.614		

...continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 - (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Principal devedor.....	453.328	448.342
Percentual em relação ao total da carteira de crédito - %.....	11%	12%
Dez maiores devedores.....	2.837.688	2.461.717
Percentual em relação ao total da carteira de crédito - %.....	69%	63%

(b) Composição por segmento e setor econômico

	Dezembro de 2021					Total
	Comércio	Indústria	Serviços	Instituição financeira	Pessoa física	
Pessoa jurídica						
Capital de giro, desconto de títulos e conta garantida ..	397.366	1.349.441	682.331	-	-	2.429.138
Importação e exportação.....	-	1.322.870	253.798	-	-	1.576.668
Outros.....	-	-	-	13.402	-	13.402
Pessoa física – outros.....						
	-	-	-	-	119.525	119.525
Total.....	397.366	2.672.311	936.129	13.402	119.525	4.138.733

	Dezembro de 2020					Total
	Comércio	Indústria	Serviços	Instituição financeira	Pessoa física	
Pessoa jurídica						
Capital de giro, desconto de títulos e conta garantida ..	464.498	698.442	665.479	-	-	1.828.419
Importação e exportação.....	-	1.694.241	-	-	-	1.694.241
Outros.....	-	-	-	2.742	-	2.742
Pessoa física – outros.....						
	-	-	-	-	354.542	354.542
Total.....	464.498	2.392.683	665.479	2.742	354.542	3.879.944

(c) Composição por segmento e prazo a decorrer das operações

	Dezembro de 2021				Total
	Até 6 meses	De 6 a 12 meses	De 1 a 5 anos	Dezembro de 2021	
Pessoa jurídica					
Capital de giro, desconto de títulos e conta garantida	1.457.497	154.455	817.186	-	2.429.138
Importação e exportação.....	623.121	646.815	306.732	-	1.576.668
Outros.....	13.402	-	-	-	13.402
Pessoa física – outros.....					
	-	-	-	119.525	119.525
Total.....	2.094.020	801.270	1.243.443	119.525	4.138.733

	Dezembro de 2020				Total
	Até 6 meses	De 6 a 12 meses	De 1 a 5 anos	Dezembro de 2020	
Pessoa jurídica					
Capital de giro, desconto de títulos e conta garantida	666.932	566.563	594.924	-	1.828.419
Importação e exportação.....	875.293	124.740	694.208	-	1.694.241
Outros.....	2.742	-	-	-	2.742
Pessoa física – outros.....					
	-	-	-	317.140	354.542
Total.....	1.544.967	728.705	1.606.272	317.140	3.879.944

(d) Composição por nível de risco

Nível de risco	Dezembro de 2021		Dezembro de 2020	
	Total da carteira	Provisão constituída	Total da carteira	Provisão constituída
AA.....	3.585.932	3.768	2.340.436	3.179
A.....	142.088	948	694.963	4.227
B.....	172.249	2.487	552.999	7.765
C.....	-	-	69.028	2.304
D.....	31.281	5.641	-	-
F.....	207.183	131.536	222.518	140.997
Total.....	4.138.733	144.380	3.879.944	158.977

(e) Evolução da provisão para créditos e outros créditos de liquidação duvidosa

	Saldo inicial	Constituição / (reversão) de provisão	Saldo final dezembro de 2021
Operações de crédito e outros créditos.....	158.472	(14.092)	144.380
Títulos e créditos a receber - sem característica de concessão de crédito	9.765	-	9.765
Total.....	168.237	(14.092)	154.145

	Saldo inicial	Constituição / (reversão) de provisão	Saldo final dezembro de 2020
Operações de crédito e outros créditos.....	8.669	149.803	158.472
Títulos e créditos a receber - sem característica de concessão de crédito	9.765	-	9.765
Total.....	18.434	149.803	168.237

Em 2021, foi revertida provisão referente a garantias financeiras prestadas no valor de R\$ 238 (dezembro de 2020 – reversão de R\$ 3.850). O saldo das provisões sobre garantias financeiras prestadas totaliza R\$ 16 (dezembro de 2020 – R\$ 254). Em 2021, houve recuperação de crédito no valor de R\$ 4.485 (dezembro de 2020 – R\$ 22.527).

9. Carteira de câmbio: No ativo, está representada, principalmente, por câmbio comprado a liquidar no valor de R\$ 4.728.732 (dezembro de 2020 – R\$ 2.020.273), direitos sobre vendas de câmbio no valor de R\$ 6.684.740 (dezembro de 2020 – R\$ 3.003.200) e foram deduzidos por adiantamentos recebidos em moeda nacional no valor de R\$ 5.001 (dezembro de 2020 – R\$ 4.801).

No passivo, está representada por câmbio vendido a liquidar no valor de R\$ 6.636.837 (dezembro de 2020 – R\$ 3.002.047) e obrigações por compra de câmbio no valor de R\$ 4.698.514 (dezembro de 2020 – R\$ 2.043.667) e foram deduzidos por adiantamentos sobre contratos de câmbio, sem rendas, no valor de R\$ 1.393.399 (dezembro de 2020 – R\$ 1.466.887).

10. Outros ativos e outros passivos

	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Ativos		
Negociação e intermediação de valores ⁽¹⁾	1.841.000	270.636
Depósitos judiciais – obrigações fiscais e previdenciárias.....	690.188	681.980
Depósitos judiciais – ações cíveis.....	21.651	21.580
Depósitos judiciais – processos trabalhistas.....	13.303	12.466
Títulos e créditos a receber – sem característica de concessão de crédito.....	9.765	9.765
Devedores diversos exterior.....	308.234	452.632
Outros.....	296.711	65.205
Total.....	3.180.852	1.514.264
Passivos		
Negociação e intermediação de valores ⁽²⁾	3.605.401	538.232
Provisões para despesas com pessoal.....	611.066	493.486
Provisões para despesas administrativas.....	24.201	21.978
Cretores diversos - exterior.....	40.410	112.156
Ordens de pagamento em moeda estrangeira.....	39.107	117.982
Outros.....	27.019	35.028
Total.....	4.347.204	1.318.862

⁽¹⁾ Referem-se a operações de bolsas a liquidar no valor de R\$ 298.009 (dezembro de 2020 – R\$ 182.932) e operações com ativos financeiros e mercadorias no montante de R\$ 1.542.991 (dezembro de 2020 – R\$ 87.704).

⁽²⁾ Referem-se, principalmente, a credores por conta de liquidações pendentes no valor de R\$ 57.992 (dezembro de 2020 – R\$ 78.335), operações com ativos financeiros a liquidar no valor de R\$ 2.330.028 (dezembro de 2020 – R\$ 362.084) e credores por empréstimos de ações no valor de R\$ 1.215.856 (dezembro de 2020 – R\$ 94.404).

11. Imposto de renda e contribuição social

(a) Ativos e obrigações fiscais correntes

	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Ativo		
Impostos e contribuições a compensar/ recuperar.....	17.399	10.349
Total.....	17.399	10.349
Passivo		
Impostos e contribuições a recolher.....	35.298	37.480
Provisão para impostos e contribuições sobre o lucro.....	106.247	193.150
Total.....	141.545	230.630

(b) Ativos e obrigações fiscais diferidos

A natureza e a origem do imposto de renda e a contribuição social diferidos são demonstrados como segue:

	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Diferenças temporárias.....	834.370	758.312
Contingências.....	192.202	49.606
Provisão para créditos de liquidação duvidosa.....	72.421	78.707
Provisão para honorários advocatícios.....	9.760	8.673
Provisão para participação nos lucros.....	122.451	108.892
Marcação a mercado – TVM e derivativos.....	324.899	424.751
Unidades de ações restritas – RSU.....	108.294	84.836
Outros.....	4.343	2.847
Prejuízos fiscais e bases negativas.....	603	603
Créditos tributários – ativo.....	834.973	758.915
Obrigações fiscais diferidas – passivo.....	453.174	240.287

Em 2021, foi constituído crédito tributário sobre diferenças temporárias no valor de R\$ 286.645 (dezembro de 2020 – R\$ 428.150), tendo sido realizado R\$ 210.587 (dezembro de 2020 – R\$ 93.679). Em 2021, foi constituído passivo fiscal diferido sobre diferenças temporárias no valor de R\$ 212.887 (dezembro de 2020 – R\$ 115.490). Em 2020, foi realizado crédito tributário sobre prejuízo fiscal de IRPJ e base negativa de CSLL no valor de R\$ 38.394. A provisão de realização dos créditos tributários no montante R\$ 834.973 (dezembro de 2020 – R\$ 758.915) é estimada conforme abaixo:

1º Ano	2º Ano	3º Ano	4º Ano	5º Ano	6º Ano	7º Ano	8º Ano	9º Ano	10º Ano
17%	13%	8%	11%	3%	10%	12%	5%	15%	6%

Com base na Resolução nº 4.818 do CMN e a Resolução nº 2 do BACEN, os créditos tributários e obrigações fiscais diferidas devem ser apresentados integralmente no longo prazo, para fins de balanço. O Banco considerou, prospectivamente, os critérios de compensação de ativos e passivos fiscais diferidos estabelecidos pela Resolução nº 4.842 do CMN, que entrou em vigor em janeiro de 2021. O valor presente dos créditos tributários, calculado considerando a estimativa de taxa de juros futuros apurada com base em informações de mercado, montou a R\$ 522.846 (dezembro de 2020 – R\$ 622.754).

(c) Resultado de IRPJ e CSLL - A tributação, considerando as alíquotas vigentes de imposto de renda e contribuição social (Nota 3(g)), sobre o resultado antes dos impostos é demonstrada como segue:

	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Resultado antes do IRPJ e CSLL – deduzido da participação nos lucros	1.512.521	651.019
Juros sobre capital próprio.....	(250.000)	(75.000)
Resultado ajustado.....	1.262.521	576.019
Encargo total do IRPJ e CSLL às alíquotas vigentes.....	(631.261)	(259.208)
Resultado de participação em controladas.....	121.254	78.926
Despesas indutíveis líquidas de receitas não tributáveis.....	(47.701)	2.074
Efeito CSLL (5%).....	51.320	15.936
Efeito juros sobre capital próprio recebidos.....	(17.500)	-
Baixa de passivo fiscal diferido ⁽¹⁾	119.425	-
Outros.....	2.438	(22.153)
Efeito das adições e exclusões no cálculo dos tributos.....	229.236	74.783
Resultado de IRPJ e CSLL no período.....	(402.025)	(184.425)

⁽¹⁾ Efeito da decisão do STF no julgamento do RE nº 1.063.187 (Tema nº 962), com acórdão publicado no DOU de 16 de dezembro de 2021 - Não incidência de IRPJ e CSLL sobre valores atualizados pela taxa Selic decorrentes de ação judicial de repetição de indébito tributário.

12. Participações em sociedades controladas

	J.P. Morgan S.A. DTVM	J.P. Morgan CCVM S.A.	Total dezembro de 2021	Total dezembro de 2020
Participação no capital integralizado - %.....	100%	100%	-	-
Patrimônio líquido.....	507.062	1.244.197	1.751.259	1.514.001
Lucro líquido do período.....	58.175	184.333	242.508	175.391
Resultado de participações em controladas..	58.175	184.333	242.508	175.391
Valor contábil do investimento.....	507.062	1.244.197	1.751.259	1.514.001

13. Imobilizado: O imobilizado de uso esta representado, principalmente, por edificações, no valor de R\$ 44.903 (dezembro de 2020 – R\$ 44.906) e terrenos, no valor de R\$ 46.203 (dezembro de 2020 – R\$ 46.203), bem como por instalações, móveis e equipamentos de uso, no valor de R\$ 79.633 (dezembro de 2020 – R\$ 78.326), e sistema de processamentos de dados no valor de R\$ 38.277 (dezembro de 2020 – R\$ 41.761).

14. Ativos intangíveis: Outros ativos intangíveis são compostos por aquisição de Código Fonte no valor de R\$ 2.500 (dezembro de 2020 – R\$ 2.500). Em 2021, considerando as expectativas de valor de uso do ativo, foi reconhecida provisão por *impairment* no valor de R\$ 675 (Nota 3 (d)).

15. Depósitos e captações

(a) Depósitos

	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	Acima de 3 anos	Total dezembro de 2021	Total dezembro de 2020
Depósitos à vista.....	1.118.277	-	-	-	1.118.277	241.363
Depósitos em moedas estrangeiras.....	56	-	-	-	56	-
Depósitos interfinanceiros.....	203.440	12.071	35.433	121.723	372.667	2.579.021
Depósitos a prazo.....	2.206.911	2.711.119	1.915.214	4.681.410	11.514.654	11.508.886
Total.....	3.528.684	2.723.190	1.950.647	4.803.133	13.005.654	14.329.270

(b) Captações no mercado aberto

	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 1 ano	Total dezembro de 2021	Total dezembro de 2020
Operações compromissadas - carteira de terceiros.....	10.544.404	-	-	10.544.404	6.908.632
Operações compromissadas - carteira livre movimentação.....	1.223.572	-	-	1.223.572	1.296.170
Captações COE.....	16.416	31.360	205.716	253.492	402.425
Total.....	11.784.392	31.360	205.716	12.021.468	8.607.227

16. Obrigações por empréstimos no exterior: São representados por recursos captados em instituições financeiras do JPMorgan Chase Bank no exterior no montante de R\$ 52.465.833 (dezembro de 2020 – R\$ 48.011.214) com vencimentos entre janeiro e julho de 2022 (dezembro de 2020 – as operações possuíam vencimentos entre janeiro de 2021 e abril de 2021). As taxas de juros para as captações variam de 0,04% a 0,30% ao ano (dezembro de 2020 – 0,07% até 0,81% ao ano). De acordo com as normas expedidas pelo CMN, e atendendo às determinações do BACEN vigentes em 31 de dezembro de 2021, o Banco considerou para fins de conversão para reais das operações de empréstimos no exterior, a taxa de câmbio Plax. Por outro lado, na mesma data base o Banco possui operações com derivativos negociados na B3 realizados com o objetivo de proteção da exposição cambial, para as quais a taxa de câmbio utilizada para liquidação é a taxa de fechamento do dia. Esse tratamento gerou um descasamento entre a variação cambial dos empréstimos no exterior e a do instrumento financeiro derivativo, devido a variação significativa entre essas duas taxas de câmbio. Caso os dois instrumentos financeiros indexados em moeda estrangeira e contratados com o objetivo de proteção da exposição cambial fossem convertidos pela mesma taxa de câmbio de fechamento, o efeito patrimonial líquido seria um aumento de R\$ 16.212 (dezembro de 2020 – aumento de R\$ 92.323).

17. Passivos contingentes e obrigações legais: As obrigações legais e provisões para contingências constituídas e as variações no período estão assim apresentadas:

I. Composição dos saldos patrimoniais

	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Fiscais e previdenciárias – obrigações legais.....	456.603	448.987
Cíveis.....	77.331	73.699
Trabalhistas.....	36.149	36.317
Total.....	570.083	559.003

II. Movimentação dos saldos patrimoniais

	Cíveis	Trabalhistas	Fiscais e previdenciárias e outros passivos contingentes	Total em
--	--------	--------------	--	----------

...continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 - (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(b) Remuneração da administração - Para fins de divulgação da remuneração dos administradores foram considerados os diretores estatutários do Conglomerado. A despesa no período com a remuneração dos administradores está demonstrada a seguir:

	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Salários e encargos.....	26.441	21.467
Participação nos lucros e gratificações	86.306	38.840
Encargos sobre gratificações	28.492	13.586
Planos de aposentadoria e pensão.....	955	832
Outros benefícios	1.638	1.577

20. Benefícios

(a) Fundo de pensão - O Banco é um dos patrocinadores da Multiprev Fundo Múltiplo de Pensão ("Fundo"), constituído majoritariamente sob a modalidade de contribuição definida. As reservas matemáticas individuais são atribuídas a cada participante e calculadas de acordo com fórmulas e hipóteses atuariais sendo o benefício apurado com base nas contribuições vertidas. No período, o Banco J.P. Morgan S.A. contribuiu com R\$ 17.194 (dezembro de 2020 – R\$ 16.731) para o Fundo.

(b) Unidade de ações restritas - Os funcionários elegíveis do Banco participam do programa global de remuneração de longo prazo através do recebimento de unidades de ações restritas (RSUs). Sua entrega em data futura está sujeita a restrições, cancelamentos ou reversões. Por serem restritas, o período de aquisição do direito (*vesting period*), de 50% das ações se dá em dois anos e os outros 50% em três. Caso o funcionário se desligue da Instituição por conta própria o plano de benefício em ações é cancelado.

A mensuração das RSUs é baseada no número de ações da matriz (listadas na Bolsa de Nova Iorque - NYSE) concedidas multiplicado pelo valor justo da ação na data da concessão.

	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Ações em circulação em 01/01/2021.....	Quantidade de ações	Valores em milhares de Dólares (USD)
Ações outorgadas durante o período (<i>granted</i>).....	201.223	23.123
Ações entregues no período (<i>vested</i>)	99.906	13.957
Transferência/saída de funcionários	(94.998)	(10.374)
	(6.163)	(1.227)
Ações em circulação em 31/12/2021.....	199.968	25.479

	Dezembro de 2020	Dezembro de 2021
Ações em circulação em 01/01/2020.....	Quantidade de ações	Valores em milhares de Dólares (USD)
Ações outorgadas durante o período (<i>granted</i>).....	282.139	28.181
Ações entregues no período (<i>vested</i>)	89.467	12.269
Transferência/saída de funcionários	(135.995)	(13.228)
	(34.388)	(4.099)
Ações em circulação em 31/12/2020.....	201.223	23.123

O valor do passivo em 31 de dezembro de 2021, incluindo encargos sociais, é de R\$ 259.005 (dezembro de 2020 – R\$ 194.986). Em virtude desse programa a despesa registrada no período é de R\$ 126.233 (dezembro de 2020 – R\$ 68.078), incluindo os encargos sociais.

21. Outras informações

(a) Em 31 de dezembro de 2021, não havia fundos e carteiras administrados a serem apresentados (dezembro de 2020 – R\$ 16.776.564).

(b) Fianças, avais, coobrigações e outras garantias prestadas a clientes montam a R\$ 48.108 (dezembro de 2020 – R\$ 1.697.717). O montante referente à provisão sobre risco de crédito de garantias prestadas é de R\$ 16 (dezembro de 2020 – R\$ 254).

(c) "Receitas de prestação de serviços" referem-se, principalmente, à administração de fundos no valor de R\$ 54.667 (dezembro de 2020 – R\$ 93.175), receita de comissão de colocação de títulos no mercado no valor de R\$ 245.176 (dezembro de 2020 – R\$ 201.338), rendas de serviços de assessoria técnica no valor de R\$ 173.422 (dezembro de 2020 – R\$ 16.109) e rendas de serviços prestados no exterior no valor de R\$ 413.773 (dezembro de 2020 – R\$ 290.696).

A DIRETORIA NA DATA DO RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO	
Azarias de Castro Feitosa Junior	Fabio Jorge Resegue
Daniel Costa Barreto	Flávia Rocha Lima de Almeida Prado
Daniel Darahem de Souza Coelho	Jorge Constantino Bernardes dos Santos
Daniel de Moraes e Silva Granja	Landulpho Borges da Fonseca Tutzer Profili
Decio Ramos Porchat de Assis	Pedro Carlos Ramos Ribeiro Junior
Eduardo Pera Silva	Pedro Clark Juliano

(d) "Outras despesas administrativas" referem-se às contas apresentadas no quadro abaixo:

	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Despesas de serviços com o sistema financeiro.....	114.513	78.562
Despesas com serviços de terceiros.....	43.850	39.993
Despesas com viagens	1.918	5.828
Despesas com sistemas e tecnologias	18.290	16.483
Despesas com manutenção e conservação.....	5.844	7.216
Despesas de comunicação	15.984	13.810
Despesas com aluguel	16.900	13.036
Despesas de depreciação e amortização	19.671	17.444
Despesas diversas	34.627	26.891
Total	271.597	219.263

(e) "Outras despesas com provisões" referem-se a despesas com provisão para passivos contingentes e obrigações legais de naturezas fiscais, previdenciárias, cíveis e trabalhistas, líquidas de reversões, no valor de R\$ 16.318 (dezembro de 2020 – R\$ 13.135).

(f) Composição de "Outros resultados operacionais":

	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Outros resultados operacionais	9.992	11.255
Reversão de provisões operacionais	632	278
Atualização de depósitos judiciais.....	13.626	11.239
Outros	(4.266)	(262)

(g) As "Participações no lucro" referem-se ao provisionamento das participações dos funcionários nos resultados do Banco.

(h) Lucro por ação - Não há distinção no método de cálculo do lucro básico e diluído por ação, uma vez que o Banco não teve movimentação de ações em tesouraria nos períodos compreendidos por esta demonstração financeira, e não há atualmente instrumentos de patrimônio ou qualquer instrumento associado que produzam potencial diluição.

Segue o cálculo do Lucro por ação:

	Janeiro-Dezembro de 2021	Janeiro-Dezembro de 2020
Lucro líquido do período	1.110.496	466.594

Média ponderada das ações emitidas (básico e diluído)

Ações ordinárias	5.470	5.470
Ações preferenciais	185	185

Lucro básico e diluído por ação (em reais - R\$)

Ações ordinárias	196.374,18	82.509,99
Ações preferenciais	196.374,18	82.509,99

(i) Resultados não recorrentes - A definição dos saldos de resultados não recorrentes segue os critérios definidos pela Resolução nº 2 do BACEN, que são: (i) não esteja relacionado ou esteja relacionado incidentalmente com as atividades típicas da Instituição; e (ii) não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros.

Em 2021, o Banco registrou resultados não recorrentes relacionados à recuperação de crédito no valor de R\$ 4.485 (dezembro de 2020 – R\$ 22.527) e a baixa de passivo fiscal diferido no valor de R\$ 119.425 (nota 11(c)).

(j) Conforme estabelecido na Resolução nº 3.263, o Banco possui acordos para compensação e liquidação de obrigações no âmbito do Sistema Financeiro Nacional. Os valores a receber e a pagar são demonstrados no balanço patrimonial nas respectivas rubricas relacionadas aos produtos, no ativo e no passivo, respectivamente, sem compensação dos valores.

DIRETOR-PRESIDENTE Daniel Darahem de Souza Coelho
DIRETOR RESPONSÁVEL PELA CONTABILIDADE Jorge Constantino Bernardes dos Santos
CONTADOR João Augusto Makoto Hira - CRC 1SP307985/O-0

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores e Acionistas

Banco J.P. Morgan S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis do Banco J.P. Morgan S.A. ("Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco J.P. Morgan S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do período corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.



Porque é um PAA

Mensuração do valor justo de determinados instrumentos financeiros derivativos

Conforme divulgado nas Notas 3(b) e 7, a mensuração do valor justo de instrumentos financeiros derivativos é uma área que inclui subjetividade, uma vez que depende de técnicas de avaliação realizadas com base em modelos internos e que envolvem premissas da administração para valorização de instrumentos e/ou dados observáveis. Continuamos a considerar essa área como foco em nossa auditoria uma vez que o uso de diferentes técnicas de avaliação e premissas podem produzir estimativas de valor justo significativamente diferentes e devido à relevância dos instrumentos financeiros derivativos no contexto das demonstrações financeiras.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos principais procedimentos de auditoria consideraram, entre outros:

- Entendimento dos principais processos e testes sobre a efetividade dos principais controles relevantes relacionados aos processos de registro e confirmação dos dados das operações e reconciliação dos saldos contábeis com os relatórios analíticos.
- Adicionalmente, confrontamos os saldos contábeis com os relatórios analíticos extraídos dos sistemas subjacentes que demonstram os saldos por operação, bem como, com o apoio de nossos especialistas em precificação de instrumentos financeiros, efetuamos, em base amostral, a reperformance independente dos cálculos de mensuração dos instrumentos financeiros derivativos de acordo com as boas práticas de mercado e com os requerimentos das normas do BACEN.

Consideramos que os critérios adotados pela administração na mensuração do valor justo desses instrumentos financeiros são apropriados e consistentes com as divulgações em notas explicativas.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

São Paulo, 23 de março de 2022.

pwc PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Washington Luiz Pereira Cavalcanti
Contador CRC 1SP172940/O-6

RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA

O Comitê de Auditoria do Conglomerado JP Morgan (o "Banco"), constituído pela Assembleia Geral Extraordinária de 14 de junho de 2004, é composto na data do presente relatório por quatro membros, todos eles Diretores do Banco.

Dentre as principais atividades exercidas pelo Comitê de Auditoria no âmbito de suas atribuições para a data-base 31 de dezembro de 2021, destacam-se:

- a avaliação da efetividade do sistema de controles internos e das auditorias independente e interna, com ênfase nos processos de avaliação de risco, no monitoramento do ambiente de controle e na detecção de eventuais deficiências existentes;
- a avaliação da qualidade das demonstrações contábeis do Banco e das empresas que compõem seu conglomerado financeiro local. Com o objetivo de assegurar a efetividade do ambiente de controles internos, o Comitê de Auditoria abordou diversas atividades de controles internos do Banco as quais são exercidas através de um conjunto de políticas internas e procedimentos. Tais políticas e procedimentos, que são devidamente supervisionados pela administração do Banco, objetivam a verificação sistemática de adoção e cumprimento de dispositivos legais e normativos. O Comitê de Auditoria acompanhou o monitoramento contínuo do ambiente de

controles internos e as iniciativas em andamento. As atividades de controle interno incluem, entre outras, o estabelecimento de políticas internas e seu monitoramento, o processo de autoavaliação de controles pelas diversas áreas do Banco, a análise da eficiência operacional, o Comitê de Controle, e auditorias periódicas realizadas pela Auditoria Interna e pela PricewaterhouseCoopers. No contexto da avaliação da efetividade do sistema de controles internos, nenhuma deficiência relevante foi identificada.

O Comitê de Auditoria também realizou reuniões com as auditorias independente e interna onde foram avaliados o plano de auditoria e seu relacionamento com os objetivos estratégicos do Banco, a independência, a qualificação, a metodologia e a qualidade dos relatórios e comunicações dentre outros pontos passíveis de avaliação. O Comitê de Auditoria conclui que os trabalhos desenvolvidos pelas auditorias independente e interna são adequados e estão compatíveis com as funções e responsabilidades das mesmas. Com base nas atividades acima mencionadas e no âmbito de suas atribuições, o Comitê de Auditoria considera apropriada a qualidade das demonstrações contábeis findas em 31 de dezembro de 2021.

São Paulo, 22 de março de 2022